



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/11/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
1.3. JUÍZES.....	4
1.4. VARA CÍVEL.....	5
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	6
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
2.3. ORÇAMENTO.....	8
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	9 - 10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	11
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	12 - 13
4.3. JUÍZES.....	14
4.4. PLANTÃO NO TJMA.....	15

Brinquedos

PINHEIRO - Alunos de duas instituições de ensino de Pinheiro: Jardim de Infância Tia Beatriz (Vila Filuca) e Jardim de Infância Cavalinho do Mar (povoado Galisa), além de crianças e adolescentes da comunidade Sonho Meu, no bairro Matriz, foram brindados, na semana passada, com a doação de 323 brinquedos arrecadados durante a campanha *Doe um brinquedo e faça uma criança feliz!*, em comemoração ao Dia das Crianças. A iniciativa contou com a participação dos juízes Lavinia Helena Macedo Coelho, titular do Juizado Especial e diretora do fórum da comarca, e Lúcio Paulo Fernandes Soares, titular da 2ª Vara e respondendo pela 1ª, bem como de servidores do Poder Judiciário e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB seccional de Pinheiro).

Presos provisórios passam a ser monitorados com tornozeleiras

Medida adotada pela Central de Inquérito da capital constitui-se em liberdade vigiada, que contribuirá para a redução da população carcerária; dois detentos assinaram ontem o termo de aceitação e outros assinarão até o fim do mês

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca de São Luís passou a ser uma realidade. Ontem, durante audiência realizada na Central de Inquéritos do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências de ontem na Central de Inquéritos, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de efetivação de alternativas penais firmado entre o Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê Gestor da Crise Carcerária foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que esta é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que, até o fim do mês de novembro, será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira



Detento recebe a tornozeleira durante audiência na Central de Inquérito da Comarca de São Luís

unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher.

Apoio - Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo

eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento, é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que

por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numeq) da Sejap, que faz visitas periódicas a essas pessoas. O

acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências os juízes corregedores Oriana Gomes e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Número

135

Tornozeleiras serão utilizadas no Maranhão e a Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade a receber dispositivo. As próximas serão a 1ª e 2ª varas de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher.

Mais

Para o coordenador-executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária, a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00, enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 por preso.

Procedimento adotado no estado tem apoio do CNJ

A medida implantada ontem vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências. No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses infratores, o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma uni-

dade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira. A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça, a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Nomeações

PEDREIRAS - A 1ª Vara de Pedreiras proferiu uma sentença na qual determina que o Município de Pedreiras nomeie, no prazo de cinco dias, todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas do Concurso Público realizado pelo município em 2012. A ação foi de iniciativa do Ministério Público Estadual (MP), por intermédio da promotora Sandra Soares de Pontes, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras. De acordo com o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, o MP instaurou os inquéritos com o propósito de apurar a prática de contratações temporárias em detrimento dos aprovados no Concurso Público, e viabilizar a convocação dos concursados, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. A Justiça determinou também a exoneração de todos os servidores contratados temporariamente.

Justiça garante luz elétrica para portadora de doença rara

CAXIAS - Uma decisão em caráter liminar da 4ª Vara Cível da Comarca de Caxias impede que a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) suspenda o fornecimento de energia à residência de uma criança portadora da síndrome charge (desordem genética).

No pedido, a representante da paciente alega que ela (doente) necessita de aparelhos para se manter viva e que estes funcionam à base de energia elétrica. A multa diária pelo descumprimento ficou fixada em R\$ 10 mil.

A requerente também alega que por causa do uso contínuo dos aparelhos a conta de energia ultrapassa as condições financeiras da família, o que já ocasionou cortes por parte da companhia de energia.

Com o pedido, a requerente da ação apresentou os laudos que comprovam a doença e a necessidade de manutenção do tratamento domiciliar.

Com base nesses documentos e na necessidade de uso dos aparelhos para manutenção da

Divulgação



O juiz Antônio Manoel Velôzo

vida, o juiz Antônio Manoel Velôzo, titular da 4ª Vara Cível, acatou o pedido e decidiu pela antecipação do seu atendimento.

O magistrado também destacou que a decisão liminar encontra fundamento no fato de que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, caso ocorra a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Antônio Velôzo narra em sua decisão que "a demora processual, considerando a duração razoável do processo, onde se inclui seus recursos] levaria a uma situação de total inefetividade do provimento jurisdicional, eis que a parte autora poderá não subsistir ao trâmite procedimental, urgindo, então, a concessão de tutela antecipada".

A síndrome charge é uma doença genética que afeta uma a cada 10 mil crianças nascidas no mundo.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária



Dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de

um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís

foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numeg) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

ECONOMIA - Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia

possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

PACTO - A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Divulgados selecionados para a exposição do Fórum de São Luís

A exposição será aberta na quinta-feira (06), às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís e ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.



As atividades artísticas que acontecem no Fórum têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso

Dezessete fotógrafos profissionais de amadores de São Luís participarão da primeira Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, que será aberta no próximo dia 6 de novembro (quinta-feira), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Ontem (31), a comissão organizadora divulgou o nome dos fotógrafos e as 66 imagens selecionadas para a mostra.

Participarão Alberto Jorge Ferreira, Alexandre Braule, Emanuely Luz, Luana Gomes, Maria Thereza Gomes, Mauricio

Vieira, Mônica Ramos, Rosane Mousinho, Thiago Ramos, Lorena Borba, Luis Marcelo Lord, Luiz Pires, Mauricio Vieira, Vanessa Serra, Débora de Santalúcia e Raimunda Pinheiro. O desembargador do Tribunal do Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, também integrará a exposição. Cada fotógrafo vai expor entre cinco e três fotos.

A comissão enviou o resultado final para o e-mail fornecido no ato da inscrição por cada participante. A entrega das obras - impressas e prontas para a exposição - deve ser feita pe-

los selecionados até a próxima terça-feira (04), das 8h às 18h, na Biblioteca Des. Juvenil Amorim Ewerton, localizada no térreo do Fórum de São Luís (Av. Prof. Carlos Cunha s/n, Calhau).

A exposição será aberta na quinta-feira (06), às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum de São Luís e ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro de 2014.

As inscrições para exposição foram abertas no final do mês de setembro, por meio do Edital 02/2014, da Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa. De

acordo com o edital, participam fotógrafos profissionais e amadores, com direito a inscrever até 10 trabalhos de sua autoria (própria ou compartilhada).

Embora seja uma exposição de tema livre, no ato da inscrição os interessados precisavam atentar para o conteúdo das fotografias, não sendo aceitas obras produzidas com materiais perecíveis, adulteráveis, que prejudiquem a apresentação de outros trabalhos ou que comprometam a integridade física do local, das instituições e dos servidores envolvidos na exposição.

Conforme o edital, também não são aceitas obras com conteúdo considerado inapropriado, que contenham temas com manifestações sexuais, discriminatórias ou, ainda, que atentem contra o pudor público e contra o decoro exigido no ambiente da administração pública

Humanização - As atividades artísticas que acontecem no Fórum Desembargador Sarney Costa decorrem da parceria entre a Diretoria e a Corregedoria da Justiça do Maranhão e têm a finalidade de promover um ambiente harmonioso. Outro objetivo é valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio dentre operadores do Direito e a população em geral, que também podem participar da mostra.

'DE 2015'

Judiciário aguarda aprovação da proposta orçamentária

A proposta orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão para o ano de 2015, no valor total de R\$1.631.536.062,00, já se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa, onde deve ser apreciada e deliberada pelos parlamentares.

Na mensagem enviada ao Legislativo Estadual, foram detalhadas a natureza e o objetivo das despesas com a administração dos serviços judiciários e a promoção do acesso à Justiça, que incluem investimentos para expandir, agilizar, modernizar e manter a atividade jurisdicional e assistencial do Poder Judiciário.

Também são elencadas as despesas relativas a pagamento de pessoal e encargos sociais; contribuições e benefícios previdenciários; auxílios transporte moradia e saúde; pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas decorrentes de sentença judiciária (precatórios) e cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, favorecendo magistrados e servidores.

Os valores detalhados na peça orçamentária de 2015 são destinados ao Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; projetos institucionais das áreas da infância e juventude, mulher, encarcerados, e fundos de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj); da Escola Superior da Magistratura (Fesman); das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc); de Segurança dos Magistrados (Funseg).

PESSOAL - Do total estimado para o próximo ano, a maior parte dos recursos é

destinada ao pagamento de pessoal, no valor de R\$ 758.715.629,00.

Esse montante reservado à folha de pagamento já prevê o pagamento dos reajustes nos percentuais de 21,7%, concedido por decisão judicial aos servidores de nível fundamental e médio; e de 4,3%, referente à reposição anual de perdas inflacionárias dos servidores efetivos, estáveis e comissionados em geral.

Foram previstos, ainda, recursos para a nomeação de 94 juízes de Direito para as varas judiciais - instaladas ou por instalar, assim como de analistas, técnicos, auxiliares, oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude para a atividade administrativa.

PENDÊNCIAS- Enquanto aguarda a aprovação do orçamento 2015, a presidência do TJMA mantém entendimentos constantes com o governo estadual visando à liberação de recursos financeiros pendentes do orçamento de 2014.

O valor requerido em caráter emergencial é da ordem de R\$ 211.793.928,00 e é destinado às despesas de custeio, folha de pagamento, custos fixos e para dar continuidade das obras de construção de fóruns iniciadas.

Segundo informações da presidência do TJMA, o Judiciário aguarda, também, o crédito orçamentário suplementar de 12 milhões de reais para pagamento de pessoal, já empenhado pelo Executivo, mas ainda não disponibilizado ao Tribunal, até a presente data.



A proposta orçamentária do Poder Judiciário já está na AL

Prisão provisória
**TORNOZELEIRAS
CHEGAM AO MA**

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas. Pág - 6

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

O uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade nesta quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquiridos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquiridos nesta quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquiridos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele des-



cumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo

de Monitoramento de Egressos (Numeq) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes e Tyrone José Silva; o promotor de Justiça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquiridos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

Magistrados e servidores são capacitados para oitiva de crianças e adolescentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou nesta sexta-feira (31), no Fórum de São Luís, capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial, especificamente montadas para o atendimento. Participaram do treinamento, magistrados e servidores de 13 comarcas do Estado.

Por meio de aula teórica e prática, a preparação para a escuta das crianças e adolescentes se baseia na discussão sobre a temática, etapas da entrevista, simulação de depoimentos e esclarecimentos de dúvidas.

O Depoimento Especial é um serviço do TJMA que reserva a crianças e adolescentes tratamento prioritário, sigiloso e

seguro no recebimento de depoimentos, em conjunto com a Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia e técnicos especializados, objetivando garantir a integridade física e psicológica e preservar a imagem e identidade das vítimas.

O serviço consiste em receber a criança ou adolescente nas dependências do Fórum, 30 minutos antes da audiência, para então direcioná-la à sala de depoimento especial, onde será ouvida por um profissional competente com o auxílio de equipamentos audiovisuais, que estarão ligados à sala de audiência. Na sala de audiência estarão o juiz, promotor e partes, que poderão ver, ouvir e fazer perguntas por meio da técnica que estará na sala de depoimento especial.

Presos provisórios começam a usar tornozeleiras eletrônicas

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Uso de tornozeleiras para monitorar presos provisórios na Comarca da Ilha de São Luís passou a ser uma realidade na quinta-feira (30). Durante audiência realizada na Central de Inquéritos de do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois presos assinaram termo de aceitação para uso do aparelho, além do termo de compromisso, no qual se submetem aos critérios do regime aberto. A medida se constitui em uma liberdade vigiada alternativa à pena privativa de liberdade, contribuindo para diminuir a população carcerária.

Os presos provisórios, presentes nas audiências na Central de Inquéritos na quinta-feira, cometeram crimes de menor potencial ofensivo, cabendo, conforme legislação vigente, a aplicação da medida substitutiva de prisão. A iniciativa também faz parte de



DESEMBARGADORA NELMA Sarney apresenta equipamentos que serão usados pelos presos

um pacto de implementação de alternativas penais firmado entre Tribunal de Justiça; Corregedoria da Justiça; Governo do Estado, por meio da Secretária de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap); e o Ministério da Justiça.

Para a corregedora Nelma Sarney, o apoio do Comitê foi importante para esse passo, já que o monitoramento eletrônico foi uma proposta que surgiu nas discussões do grupo. A desembargadora reafirmou que essa é uma importante medida para diminuir a população carcerária. Ela adiantou que até o final do mês de novembro será editada uma resolução conjunta dos órgãos envolvidos regulamentando a matéria.

De acordo com o secretário do Comitê Gestor da Crise do Sistema Carcerário, Thiago Castro, serão utilizadas inicialmente 135 tornozeleiras. A Central de Inquéritos de São Luís foi a primeira unidade judicial a receber o dispositivo. As próximas unidades previstas para receberem são a 1ª e 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís e a Vara de Violência Contra a Mulher, todas de São Luís.

Como apoio à medida, uma Central de Monitoramento foi instalada na Sejap. As tornozeleiras contam com dispositivo eletrônico que permite acompanhar o trajeto do portador. Caso ele descumpra o estabelecido nos termos de aceitação e de compromisso, a exemplo de sair de um determinado limite geográfico ou fazer rotas diferentes das estabelecidas, um sinal é enviado para a central. Nesse momento é feita uma comunicação ao juiz responsável pelo réu, que



APÓS ASSINAR termo de compromisso, preso recebe tornozeleira

por sua vez expede uma ordem de prisão, cumprida em uma unidade prisional.

Os réus que cumprem a medida, também chamada de prisão domiciliar, ainda são acompanhados por uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numege) da Sejap, que fazem visitas periódicas a essas pessoas. O acompanhamento contribui para a efetivação do monitoramento eletrônico.

Também participaram das audiências, os juízes corregedores Oriana Gomes e Tyrone José Silva; o promotor de Justi-

ça Cláudio Cabral; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; os juízes da Central de Inquéritos, Antônio Luiz Silva, que presidiu as audiências, e Fernando Mendonça de Sousa.

ECONOMIA – Para o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, além da diminuição da população carcerária a tecnologia possibilita diminuir os gastos com o sistema prisional. Ele explicou que cada réu monitorado tem um custo mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cin-

quenta reais), enquanto na unidade prisional esse custo sobe para cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por preso.

PACTO – A medida implantada nesta quinta-feira vem complementar os procedimentos referentes à audiência de custódia, estabelecida no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Pelo pacto, o preso em flagrante deve ser levado à presença de um juiz para avaliar a situação e decidir sobre a manutenção da prisão e as condições em que ela se ocorrerá, se privativa ou não de liberdade. Para cumprimento da iniciativa, a central recebeu neste mês de outubro mais duas salas de audiências.

No caso da Central de Inquéritos, durante as audiências com esses presos o juiz já poderá decidir, durante a análise da situação do preso em flagrante, se ele seguirá ou não para uma unidade prisional. No caso de aplicação de uma medida alternativa, ele poderá aplicar a liberdade vigiada, por meio do uso da tornozeleira.

A adoção do pacto é resultado de um esforço conjunto entre a Corregedoria da Justiça, a Unidade de Monitoramento Carcerário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O procedimento é uma prática defendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por organismos nacionais e internacionais. Para o juiz Fernando Mendonça a apresentação do preso é fundamental para a constatação, juntamente com outros elementos, da legalidade da prisão, bem como para a aplicação de medidas alternativas à restrição de liberdade.

Comarca divulga aprovados para próxima fase da seleção para assessor de juiz

O juiz da Comarca de Montes Altos, Franklin Brandão Júnior, está divulgando a relação de candidatos aptos a fazer a participar da próxima etapa – entrevista – do processo seletivo para o cargo de assessor de juiz da unidade.

Segundo o magistrado, os candidatos relacionados serão contatados no período de 03 a 05 de novembro para definição dos critérios relativos à entrevista.

Ainda segundo o magistrado, candidatos que não foram selecionados “poderão ser convocados, posteriormente, caso a vaga não seja preenchida pelos candidatos constantes da lista”.

A relação com os nomes dos selecionados encontra-se disponível no anexo da matéria veiculada na página da Corregedoria Geral da Justiça www.tjma.jus.br/cgj.

Desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão do TJMA

O desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão de 2º grau até domingo, dia 2 de novembro, conforme portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros. Os servidores plantonistas de 2º grau são Igo Leonardo Souza e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.